

Empresários rejeitam tirar R\$ 15 bi do banco

Recurso do BNDES deve

ir para investir, não para

o Tesouro, diz CNI/Fiesp

Vitor Solemar/CPC-UMES



Getúlio Vargas e a Revolução de 30 inauguraram primeiro período de independência plena do Brasil

O Centro Popular de Cultura (CPC-UMES) realizou no sábado (24) uma sessão especial do documentário "Getúlio Vargas" (1974), em homenagem aos 70 anos da morte do ex-presidente. O encontro contou com a participação de Carlos Lopes, diretor-geral do HP e vice-presidente do Partido Comunista do Brasil (PC-doB), e de Beto Almeida, diretor do jornal Brasil Popular e membro da Junta Diretiva da TeleSUR, em um debate sobre a importância do papel de Getúlio e da Revolução de 30 para a história do Brasil. O debate também contou com a participação do compositor, maestro, arranjador Marcus Vinicius de Andrade, que falou do avanço cultural vivido no país a partir de Getúlio. **P. 4**

"Em vez de mexer na aposentadoria, muda o arcabouço", diz presidente do PT

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, afirmou que seria mais adequado revisar o arcabouço fiscal do que prejudicar os benefícios dos trabalhadores. "Entre mexer na vinculação do salário mínimo e mudar o arcabouço, tem de mudar o arcabouço. Simples assim", disse a parlamentar em entrevista à agência Broadcast. **P. 3**

Dia do Soldado: Comandante do Exército critica corte de recursos

"Esse espírito perseverante e de doação integral à carreira é mantido incólume, mesmo sob os efeitos das restrições orçamentárias que atingem a todos. Apesar disso, não nos descuidamos da imperiosa necessidade de mais helicópteros, de mais blindados e de mais mísseis". **P. 3**



Entidades contestam destinar recurso para o pagamento de juro

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) manifestaram, através de nota, divulgada no dia 16 de agosto, que o aumento de pagamento de dividendo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no total de R\$ 15 bilhões, "representa uma perda de oportunidade de aplicação de recursos do BNDES, no fortalecimento da sua capacidade financeira visando a elevação sustentada do apoio ao investimento produtivo". **Pág. 2**

Lula apoia Boulos e celebra Getúlio: "tirou o trabalhador da escravidão"

"Foi Getúlio que criou salário mínimo, CLT, férias e jornada de trabalho"



Sintect-SP

O presidente Lula esteve com Boulos no sábado (24) em São Paulo em apoio à sua candidatura à prefeitura da capital. Em seu discurso, Lula homenageou o ex-presidente Getúlio Vargas. "Hoje está completando 70 anos da morte do presidente Getúlio Vargas que se matou em 24 de agosto de 1954", lembrou. "Aqui em SP não se fala muito do Getúlio porque a elite paulista nunca gostou dele, porque foi ele que criou o salário mínimo, a CLT, tirou o trabalhador da escravidão e botou o trabalhador com férias, com jornada de trabalho. **P. 3**

Petrobrás distribui mais dividendos e menos investe, afirma Siqueira

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira, denunciou a desproporção dos investimentos da Petrobrás em relação ao pagamento de dividendos a acionistas. "Isso é um absurdo completo. A Petrobrás é uma empresa estatal, e uma empresa estatal visa o bem comum, tem que ter uma visão estratégica para o país". **Pág. 2**

Subir juro é um ato rotineiro do BC, diz Gabriel Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que "ter que subir juros, é situação cotidiana para quem está no BC". A declaração ocorreu na quinta-feira (22), em evento promovido pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Ele afirmou que "gostaria de deixar claro que o BC não vai hesitar em subir juro se necessário". **Página 2**

Trabalhadores aprovam acordo e encerram a greve dos Correios

Em assembleia na quinta-feira (22), os trabalhadores dos Correios decidiram encerrar a greve da categoria, iniciada no dia 7 de agosto. Eles aprovaram a nova proposta da empresa, mediada pelo Tribunal

Superior do Trabalho (TST), considerando que houve consideráveis avanços em relação à proposta inicial apresentada pela direção da ECT. De acordo com a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores

dos Correios, que liderou o movimento, a mediação do TST, solicitada pela entidade devido à intransigência da direção da ECT, "foi positiva". Fazendo um balanço do movimento, a federação avalia

ainda que, não fosse a quebra da unidade por uma outra "federação" que optou por não participar da luta, "com certeza os avanços conquistados na mediação do TST seriam maiores". **Página 5**

"Não toque nas igrejas", diz Papa a Zelensky

O deputado Monteiro Lopes e o Crioulo Dudu - Parte 2

Continuação da edição anterior

(...) No parlamento ou nos ambientes musicais, mostraram possuir muitas afinidades ao centrarem esforços na valorização da população negra na sociedade brasileira, sua história e indiscutível presença. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tinham sido abolicionistas, eram republicanos e não queriam esquecer os direitos obtidos, nem as conquistas, mesmo que ainda pequenas, pelo fim da escravidão

MARTHA ABREU E CAROLINA DANTAS

Em seguida, ouviu-se o discurso de Lopes Trovão – branco, abolicionista, líder histórico republicano e militante em vários movimentos populares. Para ele, José do Patrocínio certamente estaria decepcionado com os rumos que a República havia tomado ao “perseguir o povo e confiscar os seus direitos”. Aquela não seria a República defendida por eles dois em seus “comícios populares” durante a Campanha Republicana: “[...] a república ainda não está feita”, ratificou. Em tom, ao mesmo tempo, pessimista e combativo, Lopes Trovão lembrou ao [...] povo que não é somente a entrada do Dr. Monteiro Lopes na Câmara dos Deputados pelo voto unânime dos seus concidadãos [...] que traduz fielmente os princípios democráticos apregoados por mim e José do Patrocínio [...] muita coisa resta a fazer, porque a lei de 13 de maio igualou os direitos dos brasileiros, a república assegurou as garantias constitucionais, o que até hoje não se tem feito nem mesmo há esperanças de fazer. O que está aí não é república [...].

Ainda de acordo com a *Gazeta de Notícias*, Lopes Trovão foi “delirantemente aplaudido”. Depois foi a vez do professor Rego Medeiros, sobre o qual temos poucas informações. Apelando para o simbolismo abolicionista, levou consigo uma palma de samambaia e camélias brancas e lembrou que a eleição de Monteiro Lopes “era um dos maiores triunfos conquistados pela lei de 13 de maio [...]”. Por isso, não se podia aceitar que, depois da Abolição, a República viesse a estabelecer distinção “de classe e de cores” e impedisse que Monteiro Lopes – “o tipo clássico do negro nacional” – entrasse no parlamento. Afinal, segundo Medeiros, todos os brasileiros teriam “sangue africano” nas veias e, por isso, louvava José do Patrocínio e sua “obra política”, que teriam aberto o caminho para a entrada de um homem como Monteiro Lopes na Câmara dos Deputados. As comemorações prosseguiram por todo o dia.

Como indicou a historiadora Ângela de Castro Gomes, a Abolição e a República tornaram realidade o princípio da equidade política no Brasil. E ainda que não tenham proporcionado conquistas amplas, a garantia formal da igualdade civil foi um marco importante no processo de conquista dos direitos de cidadania no Brasil. Nem a restrição do voto aos alfabetizados, as fraudes nas eleições, as práticas políticas coronelísticas e oligárquicas impediram, como veremos, as lutas em busca de ampliação dos espaços de expressão, afirmação e participação da população negra.

Se partirmos de um olhar

que busca resgatar a invisibilidade da História, é possível identificar que para os artistas, intelectuais, políticos e trabalhadores negros citados neste livro, a República não era uma batalha perdida, fadada ao fracasso. Havia expectativas quanto às possibilidades de inclusão e foi esse o caminho que buscaram trilhar nos palcos, na imprensa, nos comícios em praça pública, nas gravadoras de discos, nos clubes recreativos, nas associações e irmandades negras, nos terreiros, nas festas e folias, e no parlamento.

Assim, paralelamente à festa organizada por Monteiro Lopes em 1909, a Liga de Educação Cívica da cidade do Rio de Janeiro também promoveu alguns eventos em homenagem à Abolição. A convite da Liga, o músico negro Eduardo das Neves apresentou-se no bairro do Méier, no subúrbio, onde executou suas canções e modinhas ao violão e ao piano. Por que um músico negro estaria apresentando-se em uma celebração pela Abolição organizada por um grupo preocupado com a educação cívica da cidade-capital?

Conhecido como “crioulo Dudu”, posto que ele próprio assim se chamava, Eduardo das Neves fazia presença onde chegava. Já bastante conhecido, deve ter ajudado a atrair muita gente aos eventos cívicos e festivos no Méier. Possuía uma voz tão poderosa que havia sido contratado pela Casa Edison para as gravações de músicas populares, lundus, canções e hinos patrióticos, num período em que a indústria fonográfica, tecnicamente, só conseguia gravar vozes especiais. Com tantos atributos vocais, deve ter sido impactante ouvi-lo no evento de maio declamando Castro Alves, poeta que combateu a escravidão e criou versos cheios de emoção, ótimos para serem declamados.

A poesia “**Lúcia, a escrava**” foi escrita em 1868 e publicada em 1881. Mas, em 1909, ainda era lembrada nos eventos cívicos republicanos de celebração de mais um ano da Abolição. Com tintas românticas muito fortes, a poesia mostrava um dos aspectos mais dramáticos da escravidão. Lúcia, a escrava cativada de Castro Alves, passou pela dura experiência de ser vendida para longe, de não ser livre para viver o amor e de não ser dona do seu próprio destino. Intencionalmente, os sofrimentos da escravidão, personificados numa mulher escravizada, e os heróis da luta pela Abolição eram trazidos à tona para marcar – e não esquecer – a luta pela igualdade numa República que havia perpetuado diversas formas de desigualdade e discriminação racial.

(...)

Recitar o drama romântico de Lúcia no dia da festa nacional pela Abolição poderia significar, naquele momento, o compartilhamento de um pas-



Em diálogo com outros movimentos políticos e culturais da cidade, como protestos, festas cívicas e carnavalescas, os descendentes de africanos estavam nas ruas – especialmente nas da capital da República: manifestavam-se contra o aumento de preços e a carestia, os baixos salários, as extenuantes jornadas de trabalho, as reformas urbanas e sanitárias, e contra o que, em geral, consideraram como arbitrariedades do governo e dos patrões; lutavam por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia. Também marcavam presença nas folias carnavalescas e nas festas populares, como as da Penha

sado comum que era para ser lembrado, tanto em função do martírio da escravidão, quanto em torno da atualização do marco da conquista da liberdade naquele momento, inclusive no campo das escolhas amorosas. A presença de Eduardo das Neves como intérprete era oportuna. Dudu, além dos dotes artísticos, era especialista em canções que falavam de amor; tornou-se conhecido pela divulgação de versos irreverentes que impressionavam positivamente moças de todas as cores e origens sociais. O exercício da liberdade também se relacionava com as livres

escolhas amorosas.

Não conseguimos descobrir se Monteiro Lopes e Dudu mantinham laços de amizade para além da participação, se bem que em locais distantes, das festividades pelo 21º ano da Abolição. Mas, certamente um deve ter ouvido falar do outro, já que eram muito bem conhecidos por grande parte da população carioca e negra. Eram homens públicos e intelectuais com muita atividade: formularam projetos políticos e culturais, gerenciaram redes de interlocução e souberam divulgar suas ideias, movimentos, ações, livros, canções e performances antirracistas. Não por acaso eram figuras assíduas em vários jornais e revistas. Além disso, viveram a mesma República, apoiaram os mesmos heróis, possuíam amigos comuns e frequentavam os mesmos locais. Por mais que tenham construído trajetórias profissionais e lutas políticas não muito próximas, revelando as diferenças socioeconômicas e intelectuais que estabeleciam clivagens entre a própria população negra (Monteiro Lopes era bacharel em Direito e Eduardo das Neves não deve ter terminado o primário), enfrentaram o mesmo racismo, divulgaram de forma poderosa em bases científicas após a Abolição da escravidão. Nessa experiência, no parlamento ou nos ambientes musicais, mostraram possuir muitas afinidades ao centrarem esforços na valorização da população negra na sociedade brasileira, sua história e indiscutível presença. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tinham sido abolicionistas, eram republicanos e não queriam esquecer os direitos obtidos, nem as conquistas, mesmo que ainda pequenas, pelo fim

da escravidão.

Os atos públicos protagonizados por Monteiro Lopes e Dudu – promovidos em sua maioria por descendentes de africanos – tinham um sentido político estratégico. Seguramente, uma das intenções (ou desejo) de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves era questionar as desigualdades raciais e afirmar publicamente (e musicalmente no caso de Dudu) a igualdade de direitos estabelecida com a Abolição e a República. Igualdade formal que deveria ser transformada em realidade.

Essas comemorações também evidenciam que o passado em comum de lutas pela liberdade, vigorosamente expostas em público e nas ruas durante a campanha abolicionista na década de 1880, era ainda um elemento presente nas formas de fazer cultura e política na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Afinal, um dos principais desdobramentos da campanha abolicionista foi a entrada na cena política de escravizados, libertos e homens livres pobres, ocupando as ruas e os espaços públicos das cidades, como demonstrou a historiadora Maria Helena Machado. E, se considerarmos que registrar o passado em festas, músicas, homenagens e estátuas é estabelecer lugares de memória e avaliar as conquistas, Monteiro Lopes e Eduardo das Neves tinham mesmo muito em comum. Ambos se dedicaram a dar visibilidade à população negra na esfera pública, no âmbito da política e da cultura.

Em diálogo com outros movimentos políticos e culturais da cidade, como protestos, festas cívicas e carnavalescas, os descendentes de africanos estavam nas ruas – especialmente nas da capital da



Monteiro Lopes, o primeiro deputado federal assumidamente negro da história do Brasil

República: manifestavam-se contra o aumento de preços e a carestia, os baixos salários, as extenuantes jornadas de trabalho, as reformas urbanas e sanitárias, e contra o que, em geral, consideraram como arbitrariedades do governo e dos patrões; lutavam por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia. Também marcavam presença nas folias carnavalescas e nas festas populares, como as da Penha. As pesquisas de Cecília Velasco Cruz, Marcelo Badaró, Flavio Gomes, Maria Clementina Pereira Cunha e Eric Brasil são ricas nesse sentido.

Para além da repressão policial, dos arranjos oligárquicos das elites, dos condicionantes racistas que estavam por toda a parte, podemos afirmar que, na Primeira República, mulheres e homens negros criaram espaços que ofereciam possibilidades de expressão, de participação política e até mesmo de representação na política formal; caminhos de valorização de sua história e cultura como brasileiras; e instrumentos de autoestima e de solidariedade racial. Compreender o que significavam esses espaços, entretanto, exige o alargamento do conceito de participação política, estendendo sua definição às atitudes, comportamentos e estratégias para além do exercício do voto ou dos resultados das eleições. Lutar por essas questões significava reafirmar direitos e interesses, redefinidos depois da Abolição (1888) e da Proclamação da República (1889).

Desse modo, as trajetórias de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves lançam luz e dão voz aos esforços de indivíduos e grupos negros em negociar as possibilidades e os limites de sua cidadania. Em meio à diversidade da experiência de descendentes de africanos no período, centraremos a atenção em alguns aspectos de suas trajetórias, que trazem à tona importantes lutas políticas e culturais no Brasil do pós-Abolição. Na coluna “*Gazeta Teatral*”, do jornal a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro de 8 de maio de 1915, após a volta de uma das excursões de Das Neves pelo Brasil, a aproximação entre eles teria sido celebrada: “Eduardo das Neves é um crioulo genial, o Monteiro Lopes do violão, o Cruz e Souza do palco, o Othello da modinha”.

Monteiro Lopes era advogado e político. Protagonizou campanhas eleitorais na capital da República apoiado pelo meio negro; Das Neves, através de sua música, um efetivo canal político, reafirmou a presença dos negros na jovem República: discutia as relações raciais e não parecia querer esquecer o 13 de maio de 1888. Inclusive, Dudu gravou pela Casa Edison/Odeon, por volta de 1909, a canção *Canoa virada*, um hino à liberdade sob a forma de lundu, que discutiremos mais adiante.